



**Epistemologia
da Comunicação
no Brasil:
trajetórias
autorreflexivas**

Maria Immacolata Vassallo de Lopes
(organizadora)

USP eca

Maria Immacolata Vassallo de Lopes
(organizadora)

Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas

1ª edição

São Paulo

2016

eca USP

Copyright © AssIBERCOM • Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em: <<http://www.assibercom.org/>>

Maria Immacolata Vassallo de Lopes

Organizadora

Richard Romancini

Edição Científica

Tony Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação

André Drumond Ortega

Giulia Bonfiglioli

Revisão

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

E64L

Epistemologia da comunicação no Brasil : trajetórias autorreflexivas / Maria Immacolata Vassallo de Lopes (organizadora) – São Paulo: ECA-USP, 2016. 248 p.

ISBN: 978-85-7205-148-4

1. Teoria da comunicação 2. Pesquisa em comunicação 3. Epistemologia
I. Lopes, Maria Immacolata Vassallo de

CDD 21.ed. – 301.16

Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia

FRANCISCO RÜDIGER¹

Talvez se avance no esclarecimento do estatuto epistemológico do termo comunicação fazendo notar a linha que, desde seu aparecimento, separa, a respeito, uma consciência essencialmente acadêmica, ainda que muito influenciada pelos interesses profissionais e mercadológicos, de outra, aberta à reflexão política e histórica, ainda que, pelas circunstâncias, seja cada vez mais restrita aos circuitos da vida universitária. Apesar das interferências recíprocas e eventuais diálogos, estas abordagens formam duas ramificações que, em última análise, são radicalmente heterogêneas em seu entendimento quanto à estrutura e sentido dos estudos da mídia que, na prática, de fato, fornecem ou definem as tarefas do chamado campo acadêmico da comunicação.

O ponto muitas vezes esquecido é que elas também divergem em entendimento no tocante ao que significa este último termo desde o ponto de vista epistêmico e filosófico. A erudição presente na área até admite ou reconhece o contraste entre pesquisa crítica e integrada. A pressa que a marca em geral passa por alto, contudo, os distintos modos como elas interpelam não apenas a atividade de pesquisa mas, em potência, a figura mesma que constitui a comunicação, chegando ao ponto de, em anos recentes e entre nós, os prosélitos da segunda vertente reivindicarem para este último termo a condição de ciência nova, especializada e autônoma.

Resumindo, pode-se dizer que a segunda tendência se caracteriza por operar ingenuamente com a figura, endossa acriticamente o termo

1. Professor da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em filosofia e doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Dedico este texto a José Marques de Melo (USP/Umesp), Iara Bendatti († Pucrs), Jorge Campos da Costa (Pucrs) e Ciro Marcondes Filho (USP).

comunicação, ao se entregar às discussões a respeito da forma de proceder a seu tratamento científico e desenvolver seus devidos trabalhos, sem pensar se e como a categoria pode, como tal, ser objeto de estudo; a primeira, em vez disso, preserva certo distanciamento em relação ao termo, ao desenvolver a consciência ou trabalhar com o entendimento de que, com a figura da comunicação, não se avança nem no saber, nem na práxis vital, já que a mesma deve ser, sobretudo, objeto de crítica.

Uma rápida recapitulação das origens desta bifurcação, coincidente com a gênese da própria área de estudo, nos ajudará a entender melhor o ponto, embora não se deva ignorar que a distinção acima, além de analítica, onde aparece de forma mais clara, nem sempre se faça acompanhar do abandono do dito termo, como será o caso de notar mais para o final.

Paul Lazarsfeld, personagem de proa no movimento que levaria à fundação do campo acadêmico que, entre os anglo-saxões, ficou conhecido pelo nome de *communication research* por obra de Wilbur Schramm, colaborou decisivamente para apontar-lhe as tarefas e limites, ao estabelecer uma distinção entre estudos críticos e administrativos de comunicação [de massas]. Em texto programático de 1941, este sociólogo austríaco que se radicara em solo norte-americano refere-se ao segundo tipo, observando que:

Por trás deste tipo de pesquisa está a ideia de que os modernos meios de comunicação são instrumentos manejados por pessoas e instituições com dados objetivos. O propósito pode ser vender alguns bens, elevar os padrões intelectuais da população ou assegurar um dado entendimento das políticas governamentais. Qualquer que seja ele, a tarefa da pesquisa consiste em tornar o meio mais conhecido, a fim de facilitar seu emprego para aquele que o usa com algum objetivo (Lazarsfeld, 1941, p. 2-3).

Deixa muito claro o autor no texto que, em geral, a tendência é a pesquisa sobre os meios de comunicação carecer de referencial teórico próprio. A atividade prima por um cunho essencialmente estratégico, seja de cunho privado e empresarial, seja de cunho público e governamental (p. 8). As ciências humanas se limitam a emprestar-lhe os meios de trabalho. A reflexão a respeito do contexto e a justificativa do trabalho inexistem ou são consideradas secundárias, residindo o principal no fornecimento de informações sobre a estruturação de suas atividades, as circunstâncias de seu agenciamento, as reações do público e o melhor meio de empregá-los.

Apesar disso, Lazarsfeld observa que, em contraponto a esta abordagem, surgia outra, de acordo com a qual as comunicações se tornaram um complexo que impacta nas pessoas de um modo que ultrapassa a maneira que os interessados neste tipo de pesquisa o subentendem. As comunicações “possuem um momentum próprio que deixa às agências administrativas muito menos escolhas do que elas pensam ter nas mãos” (p. 9). Por isso, a pesquisa precisa partir da consideração da situação mais ampla em que os meios se encontram em nosso sistema social. As comunicações se desenvolvem em meio à economia de mercado e são uma forma através do qual as atividades empresariais vão passando a permear a totalidade da cultura.

Sucumbimos em e apoiamos com tanto um sistema de promoção [mercantil] que se expande por todas as áreas da vida e, assim, nos coloca numa crescente dependência em relação a este sistema; ele nos disponibiliza um número sempre crescente de equipamentos, mas ao mesmo tempo nos priva dos valores com os quais poderiam ser usados propositalmente (p. 10).

Lazarsfeld advoga no artigo em favor de uma assimilação entre os dois pontos de vista. Arguindo que o último não exclui a pesquisa empírica, prega o autor que esta última, em relação aos fenômenos de mídia, aprenda a ser mais hospitaleira em relação à reflexão crítica. A convergência entre estes enfoques, reconhece, não é fácil de obter, mas seria benéfico para ambos se um esforço de cooperação pudesse se desenvolver (Lazarsfeld, [1969] 2001, p. 275-276).

O trabalho de pesquisa só nos conduz a resultados significativos amparando-se em um entendimento ecumênico de suas tarefas que não feche as portas à sinergia de seus pontos de vista. A convergência da capacidade de formular problemas desafiadores e elaborar conceitos interpretativos da pesquisa crítica e os métodos de coleta e processamento de dados em que se baseia a pesquisa administrativa pode vir a constituir um enfoque influente na corrente mais ampla da pesquisa em comunicação (Lazarsfeld, 1941, p. 16).

Theodor Adorno, também emigrado alemão, viveu de perto as circunstâncias em que a comunicação passou a ser denominação de um campo de pesquisa. Prócer da Escola de Frankfurt e expoente da teoria crítica, ele foi convidado e, durante algum tempo, colaborou nos projetos de estudo

do rádio coordenados por Lazarsfield. Ainda que tenha, no curso dos trabalhos, entrado em conflito com o austríaco, o autor convergiu com seu entendimento a respeito da pesquisa social.

Adorno contestou a pesquisa administrativa, mas não negou a possibilidade de se apropriar de seus métodos. “Contrapôs-se o conceito de administrative social research em seu sentido mais amplo ao de critical research. No entanto, estes conceitos não são absolutamente opostos” (Adorno, 2001, p. 57), visto que os juízos da segunda só podem reivindicar legitimidade na medida em que “confrontam ininterruptamente a concepção [que as estrutura] com a realidade social” (p. 57).

A pesquisa administrativa é científica no método, mas não nos provê de verdadeiro conhecimento, porque “os projetos sobre os meios de comunicação velam para que as pesquisas se limitem a constatar reações dentro do commercial system dominante e, assim, não analisem a estrutura e as implicações do próprio sistema” (p. 22). O problema da pesquisa crítica, em compensação, é que não é fácil passar do plano da reflexão teórica abrangente para o do estudo e análise de problemas específicos, seja pela influência muito grande que nela exerce a teoria, seja pela sua falta de investimento em metodologia.

Para o autor, a separação entre pesquisa crítica e empírica estimulada pelas circunstâncias não deve ser lida como uma obrigação de nos formarmos a ela. A vinculação dos métodos empíricos à pesquisa administrativa e seus interesses estratégicos não significa que seus métodos não possam ter serventia para a reflexão sociológica. Apesar do fracasso das tentativas de conectar a pesquisa empírica com problemas teóricos de alcance, o pesquisador deve buscá-la.

A investigação social empírica é capaz de corrigir [...] não apenas porque impede cegas construções teóricas realizadas por alto, mas tem desde o ponto de vista da relação entre essência e fenômeno. Se a teoria crítica deve relativizar criticamente o valor cognitivo do fenômeno, a pesquisa empírica, por sua vez, deve impedir a mitologização do conceito de lei essencial (p. 35).

A pesquisa social empírica se converte em ideologia, na medida em que absolutiza seus resultados achados e os põem à disposição das forças interessadas em sua exploração, mas assim como estas devem ser

criticadas por uma reflexão que não perde de vista a causa da liberdade e justiça, esta reflexão só se agencia como matriz de pesquisa se evitar o dogmatismo delirante que reside na absolutização da teoria. A reflexão teórica e o trabalho de interpretação, sempre que se desprende do contexto histórico e das relações concretas com o material de estudo se convertem em fetiches e, portanto, instrumentos do obscurantismo (p. 47).

“Assim como sem teoria não é possível comprovar nada, toda comprovação culmina na teoria”, conquanto se entenda que, pesquisa, a passagem para a captura da essência ou sentido de um fenômeno, não se realiza arbitrariamente, partindo de ideias pré-estabelecidas ou extrínsecas aos dados, “mas levando em conta os fenômenos mesmos” (p. 51).

Lazarsfeld e Adorno, pensadores antípodas que, no entanto, vislumbravam conexões e possibilidades de sínteses entre suas concepções, intervieram na pesquisa sobre o que, na conjuntura, começava ser chamado de comunicação (mediada) com consciência de que estava surgindo um novo campo de estudo para as ciências sociais. A possibilidade que ele viesse a se constituir em base para um novo setor acadêmico e, com base nisso, passasse a reivindicar autonomia, mesmo que apenas administrativa, lhes era, contudo, desconhecida e, provavelmente, soaria absurda desde o ponto de vista epistemológico.

Os métodos e conceitos de estudo, tinham claro, não lhe eram próprios – e isso bastava para retirar-lhe a pretensão. O fato de que acadêmicos estivessem passando a se ocupar do assunto não tirava do mercado e da política o comando sobre seus interesses de conhecimento.

De todo modo, origina-se desta cena primitiva, todavia montada na era do escritório de pesquisa e em meio à empresa acadêmica, a distinção, dialeticamente transacionável, entre pesquisa científico-administrativa e pesquisa crítico-reflexiva em comunicação com base na qual os estudos de mídia vêm, desde então, fazendo sua carreira e se desenvolvendo institucionalmente em todos os continentes.

A primeira vertente se tornou, por razões que não é preciso explicar, dominante, organizando-se como indústria cujos produtos hoje se despeja em massa numa infinidade de publicações e eventos de significado, em geral, muito pouco relevante, inclusive dentro da Universidade. A segunda pretendeu, se não se sustentar nos, manter abertos os canais de comunicação com os movimentos sociais e desenvolver-se em entrelaçamento dialético com eles, mas, pelas mesmas razões, se resigna agora com

destino essencialmente semelhante, limitando-se, sem dele poder sair, a tensionar o contexto em que se aprisionou.

Situo minha trajetória acadêmica, no que tem de mais próprio e singular, nesta última frente, cujo perfil eventualmente possui, entre outros diferenciais, o questionamento das conexões e compromissos do saber comunicacional com os sistemas de poder vigentes em nossa sociedade mas, também, a disposição para uma reflexão crítica sobre a propriedade e limites da figura mesma que a comunicação passou a representar em nosso tempo. Que nos estudos críticos se examine os problemas, implicações e prejuízos que, para o sujeito social, podem estar contidos ou nos trazer os fenômenos de mídia já dá sinal de o quanto, considerando aqueles aspectos, o trabalho de pesquisa leva em conta o que faz seu respectivo saber, e não apenas estes fenômenos mesmos, ser portador de reflexão moral e política.

Neste tipo de estudo, detalhemos um pouco, à curiosidade intelectual não é, com efeito, estranha, antes é essencial o interesse, evidentemente mediado pelo conhecimento metódico da pesquisa, que podemos ter pela liberdade e justiça (Mills, [1959] 1961), senão pela pura e simples virtude (MacIntyre, 1984). Vivemos era em que esses bens veem seu destino se entrelaçar com formas de sujeição que, onde imperam o capital, a tecnologia e o regime democrático, se agenciam, por hipótese e ainda que complementarmente, via a instituição planetária que se tornou a mídia.

A pesquisa acadêmica mais rotineira serve a este processo, na medida em que, em vez de lhe questionar os termos, tende, de um ou outro modo, a endossar burocraticamente as tarefas do saber conveniente à sua articulação com o sistema. Apesar da crescente dificuldade em manter tudo isso à distância, a pesquisa crítica, em vez disso, idealmente procura tensionar-lhe os termos, nem que seja para salvar a consciência moral e a independência individual dos seus sujeitos.

Minha maneira de entender a pesquisa e o ensino a respeito da cultura e da mídia se opõe à sua prática como rotina mecânica e burocrática, que bloqueia seu potencial reflexivo e libertador, se não seu potencial de ajuda para desenvolver uma boa vida, com a exploração de fórmulas obscurantistas, chavões sem vida, pragmatismo oportunista e teorias esterilizantes. Apesar de a atividade acadêmica, em nossa área, ter se convertido em indústria e, com isso, se consolidado um padrão intelectual do qual o espírito se vai ausentando, ainda há espaço para, no trabalho

cotidiano, enfrentar o mal-estar que tudo isso não deixa de gerar entre seus próprios sujeitos.

Disso tive intuição já ao despertar minha curiosidade para com os fenômenos de mídia e cultura contemporânea, ao final do curso de graduação, por volta de 1980. Havia, então, duas alternativas para quem desejava pensá-los fora do senso comum: a semiótica do discurso e a crítica cultural, esta última muito presente, para mim, via os trabalhos de Roland Barthes, Edgar Morin e Jean Baudrillard. Entre os brasileiros, foi forte e exige menção, nessa mesma perspectiva, o impacto, entre outras obras do autor, de *O monopólio da fala*, de Muniz Sodré.

Deixei-me influenciar, de início, pelo cientificismo que insinuava a primeira alternativa, a da semiótica do discurso, mas foi pela leitura historicista e metódica da segunda, sustentada nas obras de Marx, Weber, Foucault e da Escola de Frankfurt, que se consolidaram minhas perspectivas de estudo mais contínuas e promissoras na área. Desde que foi traduzida para o português em 1984, tornou-se, nesse sentido, para mim ao menos, referência e trabalho exemplar, no tocante ao que entendo por estudos de mídia, a obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada originalmente em 1962. Associável ao tipo de pesquisa que a perspectiva weberiano-foucauldiana endossa, igualmente exemplar e importante passou, bem cedo, a ser também o estudo de Stuart Ewen sobre as origens da cultura de mercado norte-americana *Captains of consciousness*, de 1976 (cf. Rüdiger, 2002a).

Apesar desta referência, a contribuição norte-americana, que não era, portanto, desconhecida, limitava-se, vendo retrospectivamente, ao fornecimento da senha que já se tornara o termo comunicação, o qual jamais considere viés analítico pertinente para entender os fenômenos de mídia, muito menos admiti que poderia ser objeto de ciência (cf. Rüdiger, 1995/2010). Para mim, a problemática que entrara em voga e no prosicênio permaneceria em pauta era, em vez dela, a da ideologia, mais tarde substituída pela problemática que representa a conexão poder-saber-sujeito, já se vislumbrando o potencial crítico, reflexivo e hermenêutico que possui em relação a todo o assunto o conceito marxista de mercadoria.

Relativamente à primeira problemática, a da ideologia, representou leitura seminal e influente, ainda que, devido ao título, responsável pela associação entre os conceitos críticos com os do senso comum, a obra *Sociologia da comunicação* (Cohn, 1973). No tocante à descoberta e adoção

da segunda, a da conexão do sujeito e com os sistemas de poder, é fácil identificar a influência que teve o estudo sistemático das pesquisas e métodos desenvolvidas por Max Weber e Michel Foucault (Rüdiger, 1987).

O pano de fundo das discussões intelectuais que interessavam, entre-vê-se nisso tudo, era, de início, o que estendia o pensamento marxista, balizado inicialmente pelos extremos representados por Althusser e Marcuse; mas, no final das contas, presença mais duradoura em meu trabalho, desde o ponto de vista filosófico, provocou a leitura daquele pensamento feita por Adorno (cf. Rüdiger 1998/2004).

Após termos pesquisado de modo histórico-sociológico a forma como o fenômeno de cultura de massa que é a literatura de autoajuda articula, em sua especificidade, o processo mais amplo e genérico representado pelo individualismo (Rüdiger, 1996), foi, para nós, o caso de estudar, através da análise de casos específicos, como os referidos fenômenos, em sua variedade, agenciam as relações entre homens e mulheres instituídas na era do simbolismo romântico (Rüdiger, 2013). Entre uma e outra tarefa, situa-se a reunião de artigo feita em *Cibercultura e Pós-humanismo* (Rüdiger, 2008), cuja parte mais rica e expressiva reside, justamente, nos ensaios que seguem seu método, ao mesmo tempo documental e ensaístico, para revelar e comentar alguns estratos arqueológicos do futurismo cibernético surgido no final do século XX.

Em todos estes projetos, objetivo primeiro não é apenas fornecer conhecimento sobre temas marginais ou pouco frequentados pelos acadêmicos da área de comunicação, desde o ponto de vista da pesquisa histórica e análise documental informada pelo método dialético e os conceitos de sujeito, poder e indústria cultural. Trata-se também de pensar como os fenômenos subsumíveis neste último conceito articulam e, assim, ajudam a determinar as relações consigo mesmos, com os outros e de todos nós com nosso futuro possível. Quer-se provocar um saber que, indo além do registro meramente informativo e burocrático, enseje uma reflexão moral sobre as práticas, discursos e sistemas de poder que condicionam aquelas relações em meio à vida cotidiana.

Desses trabalhos todos, note-se, uma espécie de discurso do método, baseado na análise objetiva de exemplos, foi apresentada em *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação* (Rüdiger, 2002a). Para nós, fórmulas metodológicas e discussões abstratas a seu respeito costumam ser perda de tempo, para quem se interessa em fazer pesquisa relevante. O método, de

fato, não se aprende em manuais, mas através da prática de investigação informada por bons exemplos. Os relatos de pesquisa que acrescentam e seduzem são os que o permitem, através de análises ricas e bem documentadas, ilustrar problema de ampla significação social e histórica, como ensina Wright Mills ([1959] 1961).

Costuma-se opor o trabalho ensaístico, mais livre, polêmico e engajado, ao de pesquisa, mais metódico, sistemático e objetivo. Desde a ótica crítica e reflexiva, não seria esta a distinção a ser defendida mas, sempre que o rigor e a responsabilidade se impõem, a que se pode fazer entre o bom e o mau relato de estudo. Nossa aposta sempre foi a de que uma síntese dialética entre as duas propostas representa o caminho mais promissor para o saber, mas isso, a exemplo do ajuizamento entre o bom e o mau, se decide diante da propriedade e resultados do trabalho concluído.

Em termos teóricos e metodológicos, observaremos que, em todas as investigações mencionadas, pretendeu-se problematizar não o discurso, como fora bem no princípio, muito menos seus meios técnicos, mas a coisa mesma que estava em foco, através da análise de o que suas manifestações, escoradas em determinados suportes técnicos e materiais, representa reflexivamente: isto é, mediações particulares e específicas da vida social e do processo histórico em que estamos inseridos. Convicção formada durante nossos estudos e leituras é a de que, embora os conceitos de sujeito e poder valham mais do que o de ideologia para dar conta dos fenômenos de mídia, estes se explicam, por hipótese, sobretudo em termos históricos e sociológicos pelo de mercadoria, como ensinariam a crítica do capital e a teoria do fetichismo de Marx.

Deste último ponto, em seu aspecto mais geral, procurou-se dar conta em nossas monografias sobre os fundamentos e proposições da crítica à indústria cultural proposta por Theodor Adorno (Rüdiger, 1998/2004) e, numa segunda etapa, mas já indo além da problemática do fetichismo, sobre a maneira em que se põe a questão da técnica na obra de Martin Heidegger (Rüdiger, 2006/2014). Nestes trabalhos, trata-se de proceder ao esclarecimento e sistematização das ideias que, com o passar do tempo, revelaram-se a nós as matrizes mais fecundas e questionadoras para se pensar a mídia, a cultura e a tecnologia. Aqui não será o caso de se mostrar que, passar da primeira para segunda referência, importa em um salto intelectual do qual não se sai incólume, na medida em que desloca nosso modo de pensar do plano ôntico, no caso histórico e sociológico, para o

ontológico, mas não no sentido metafísico, e sim histórico-ontológico (“historial”, de acordo com a terminologia heideggeriana).

Conservar uma perspectiva histórica no tratamento dos temas que interessam ao campo acadêmico dos estudos de mídia foi marca que, colocada no princípio, em um relato de pesquisa sobre a trajetória do jornalismo em nosso estado de origem (Rüdiger, 1993/2003), tornou-se, por influência familiar, gosto e exemplo dado por quem foi mais longe, imperativo a ser seguido em todos os nossos trabalhos. Carente dela, a atividade crítica até pode passar por atitude, mas fácil degenera em contestação vazia ou oposicionismo arbitrário.

O saber histórico e a erudição historiográfica regram o sentimento de revolta e o anseio por justiça sem o qual, entretanto, não desperta o trabalho de reflexão e análise crítica do que quer que seja. A prova disso o experimentamos em um projeto há pouco concluído, no qual se indica a precariedade das pretensões dos que desejam fazer da comunicação categoria instituinte de uma ciência autônoma, estudando com riqueza e variedade de detalhes, nós, o que chamamos de era da propaganda (Rüdiger, 2015).

Da reflexão epistemológica sobre esta trajetória de trabalhos, a que haveria de acrescentar uma série de estudos sobre a crítica cultural conservadora, populista e pós-moderna (Rüdiger, 2002, 2003), fica, para nós, a convicção, entre tantas, de que, como outros autores sugeriram, o trabalho crítico e emancipatório, na área acadêmica de estudos de mídia, passa pelo distanciamento ou relativização do termo comunicação.

Lazarsfeld, cujos trabalhos ajudaram a fundar o campo, é certo, não contestou a categoria e chegou a desenvolver teoria sociológica da propaganda. Todavia, sempre teve claro que o fenômeno era apenas um entre outros no qual os métodos de pesquisa social empírica poderiam ser testados ([1969] 2001, p. 266). Como disse o autor, após se afastar dele, o tempo teria confirmado que “o novo campo pertence a outras ciências sociais, incluindo a sociologia” (p. 278).

Já Adorno foi muito mais radical, concluindo que o termo comunicação não apenas carece das credenciais que lhe forneceria legitimidade epistemológica (Adorno, 1973, p. 114), mas deveria ser trabalhado como categoria ideológica, que mascara o regime de poder e o estado de sujeição que se desenvolve na era do que chamou de indústria cultural (Adorno, 1998, p. 41). Para ele, com efeito, comunicação seria um termo que se faria

bem evitar discursar a respeito, muito menos tornar base para desenvolver um conhecimento, já que sua emergência não poder ser separada e, portanto, compreendida fora do contexto da economia de mercado e do desenvolvimento do individualismo.

A figura é uma emanção de suas circunstâncias e se constitui em objeto de conhecimento de um modo por elas determinado; não se define por nenhuma ruptura com o senso comum, antes se desenvolve sob sua impulsão mistificadora; e assim, mesmo quando se torna objeto de uma fala negativa, tende a ensejar a engabelação intelectual, senão o puro e simples discurso ideológico. A composição do diferente que ela, utopicamente, poderia ser é confirmada em sua supressão, no momento em que socialmente se desfralda a bandeira a comunicação como tábua de salvação que à humanidade cabe conhecer para, com ela, se integrar universalmente em um mundo cada vez mais atomizado e privado de humanitarismo.

Conforme os interesses acadêmicos foram convergindo com as demandas sociais de uma era dominada por uma vontade de poder articulada em termos mercantis e estruturada por maquinismos sistêmicos, ocorreu de a comunicação se transformar não apenas em dado inquestionável para a experiência cotidiana de vastos setores da população, mas base com que se passou a especular sobre uma nova forma de conhecimento. Houve o surgimento de um campo acadêmico que, tocado pelas circunstâncias, não para de se expandir e estimula a multiplicação de associações científicas, formando massas de profissionais e estudiosos da comunicação cujos trabalhos, polêmicos no mercado e na sociedade, revelam-se extremamente pobres, senão duvidosos inclusive no âmbito universitário.

Deste campo, vamos concluir, a crítica, cremos, não se afastou por completo mas, em geral e aos poucos, acabou assimilada, porque a comunicação, episteme de nosso tempo (Rüdiger, 2002b), é como um redemoinho, que engole tudo e seu contrário, para semear a cacofonia no discurso e prender a práxis a um sistema de cunho cada vez mais maquinístico. A relativização da coisa mesma que esta crítica almejava, embora não tenha desaparecido, foi prevenida e, em seu lugar, verificou-se a criação contínua e aparentemente incansável de dicotomias separando entre comunicação e incomunicação, comunicação democrática e autoritária, vertical e horizontal, linear e reticular, em meio às quais até a própria crítica tende a se tornar prisioneira da categoria.

Disso nos dá prova contemporânea e local, o movimento que, entre acadêmicos, empolga a causa da epistemologia para, de maneira variada, é certo, tentar conferir à comunicação o status de ciência especializada e autônoma, derradeiro rebento do saber, ou então a caracteriza como experiência singular e única, para justificar a constituição voluntarista de uma espécie de ciência extraordinária. Antes de seguirmos com o esclarecimento do conceito de tecnologia que se iniciou em nosso livro sobre Heidegger (Rüdiger 2006/2014), será este o fenômeno que teremos a oportunidade de comentar criticamente no tocante à gênese e problemas na obra intitulada *Epistemologia e criticismo nos estudos de comunicação: as propostas e equívocos da reflexão brasileira*, a sair em 2016.

REFERÊNCIAS

a) genéricas

- ADORNO, Theodor. *Epistemologia y ciencias sociales*. Madri: Cátedra, 2001.
- ADORNO, Theodor. *Consígnas*. Buenos Aires: Amorrurtu, [1969] 1973.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- EWEN, Stuart. *Captains of consciousness*. Nova York: McGraw-Hill, 1976.
- EWEN, Stuart. *PR! A social history of spin*. Nova York: Basic Books, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *A genealogia do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Ciência e técnica como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LAZARFELD, Paul. Remarks on administrative and critical communications research. In *Studies in philosophy and social science* 9 (2-16) 1941.
- LAZARFELD, Paul. Memoria de un episodio en la historia de la investigación social. In *Revista española de investigaciones sociológicas* 96, n. 01 (235-296). 2001
- MACINTYRE, Alasdair. *After virtue*. 2a. ed. Durham: Notre Dame University Press, 1984.
- MILLS, Wright. *La imaginación sociológica*. México: FCE, 1961.
- MORROW, Raymond. *Critical theory and methodology*. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1976.

b) autorais

RÜDIGER, F. *A armação de ferro: história e filosofia da história em Michel Foucault*.

Porto Alegre: UFRGS, 1987. Dissertação de Mestrado de Filosofia.

RÜDIGER, F. *Paradigmas do estudo da história*. Porto Alegre: IEL, 1991.

RÜDIGER, F. *Tendências do Jornalismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:

Editora da Ufrgs, 1993/2003.

RÜDIGER, F. *Literatura de autoajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da

Ufrgs, 1996.

RÜDIGER, F. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Artmed/Penso, 1995/2010.

RÜDIGER, F. *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural*. Porto Alegre: Editora

da Pucrs, 1998/2003.

RÜDIGER, F. *Civilização e barbárie na crítica da cultura contemporânea*. Porto

Alegre: Editora da Pucrs, 2002.

RÜDIGER, F. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação*. São Leopoldo:

Editora da Unisinos, 2002a.

RÜDIGER, F. *Elementos para a crítica da cibercultura*. São Paulo: Hackers, 2002b.

RÜDIGER, F. *Crítica da razão antimoderna*. São Paulo: Edicon, 2003.

RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003/2013.

RÜDIGER, F. *Cibercultura e pós-humanismo*. Porto Alegre: Editora da Pucrs,

2008.

RÜDIGER, F. *Martin Heidegger e a questão da técnica*. Porto Alegre: Sulina,

2006/2014.

RÜDIGER, F. *A mídia e o amor*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RÜDIGER, F. *O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda*. Porto Alegre:

Sulina 2015.